# ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

**FUNCIONÁRIO:**

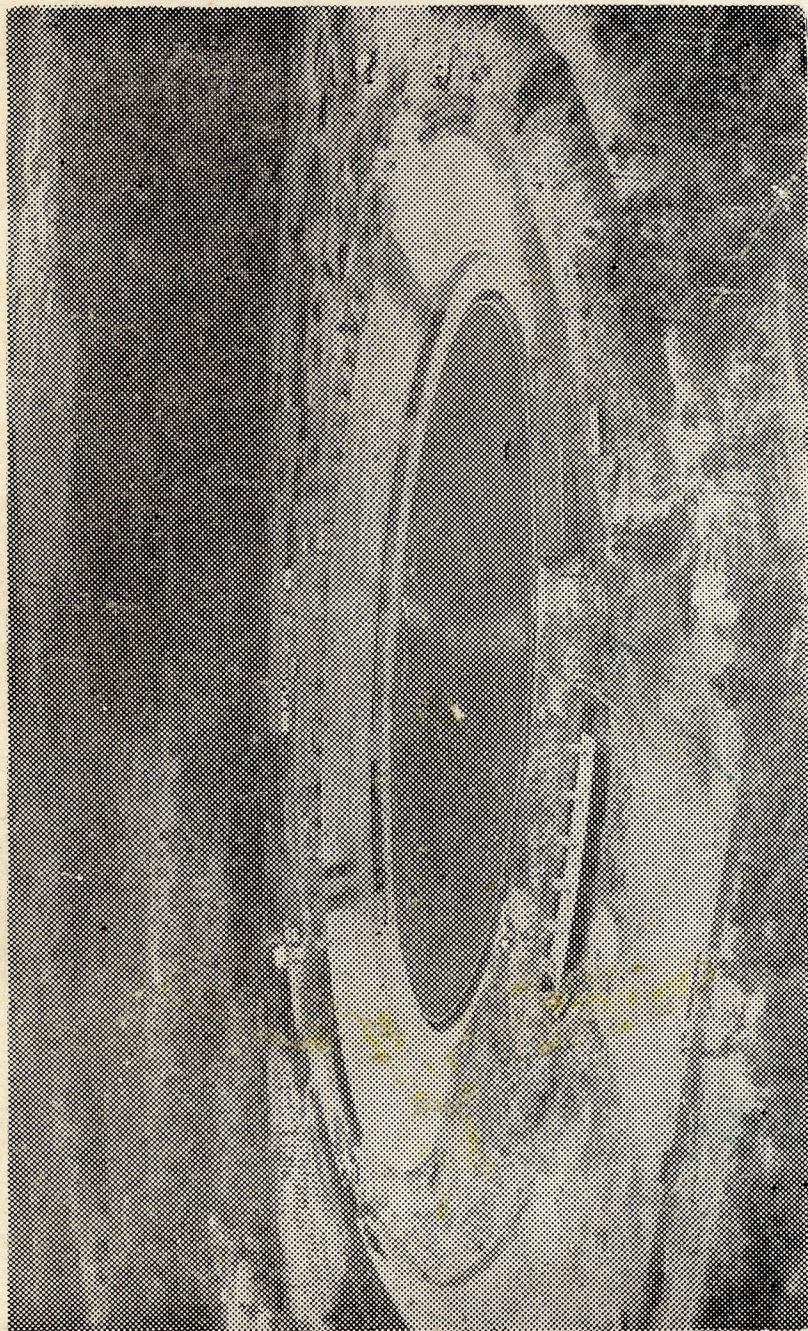
**A ESPEA É O TEU OBJETIVO**

—FORMAÇÃO

—TREINAMENTO

—APERFEIÇOAMENTO

—RECRUTAMENTO

—SELEÇÃO

Estádio "VIVALDO LIMA", obra esplendorosa que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Dr. DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA, entregará concluída ao povo do Amazonas no início do próximo ano.

GOVERNADOR DO ESTADO
Sr. DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA

VICE - GOVERNADOR
Sr. RAFAEL FARACO

**SECRETARIADO**

CASA CIVIL
Dr. João Martins da Silva

CASA MILITAR
Cel. Themistocles Henrique Trigueiro

IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
Dr. Sínval Andrade Gonçalves

FAZENDA
Dr. José Lopes da Silva

INTERIOR E JUSTIÇA
Dr. José Matos Filho

EDUCAÇÃO E CULTURA
Dr. Antônio Vinicius Rapôso da Câmara

# PODER EXECUTIVO

SAÚDE
Dr. José Leite Saraiva

VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
Dr. João Teixeira Fernandes Filho

PRODUÇÃO
Dr. Hugo Bezerra Brandt

PLANEJAMENTO
Dr. Alberto de Rezende Rocha

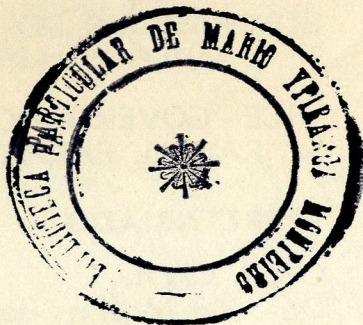
ADMINISTRAÇÃO
Dr. José Caitete da Silva Filho

D.E.R. — AM.
Dr. José Sérgio da Paz Monteiro de Castro

IPASEA
Dr. Manoel Braga dos Santos

D.A.E.
Dr. Vilar Fiuza da Câmara

DEPRO
Dr. José Joaquim Marinho

# revista do serviço público

editado pela chefia de Gabinete da Secretaria de Estado de Administração do Amazonas.

## SUMÁRIO

# EDITORIAL

*Três períodos singulares, de fundamental significação, definem a história de nossa Manaus.*

*O primeiro reserva-se ao primitivo estágio de construção do forte da Barra, em 1669, sob a responsabilidade de Mota Falcão. O segundo, diz respeito aos tempos áureos da borracha, quando Manaus, revestindo-se de aspecto genuìnamente cosmopolita, sacudiu a consciência mundial para as reservas naturais e potencialidade econômica do seu ubertoso solo. O terceiro, concerne à volta da cidade a empolgar o interêsse nacional, com o advento do decreto-lei n.º 288, que reestruturou a Zona Franca de Manaus.*

*Três épocas distintas, em que os acontecimentos históricos sucederam-se, dando ensejo à formação de conglomerados humanos de caracteres étnicos e comportamento social heterogêneo, face ao fenômeno sociológico da miscegenação de raças.*

*Primitivamente, à medida que o povoado se definia, assumindo conformações de núcleo populacional, e trabalho denodado dos religiosos carmelitas se fazia sentir em tôdas as áreas de atividades, Manaus se erigia à feição de cidade, a partir da inolvidável administração do Presidente João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, já transformada em sede da Província, instalada em 1852.*

*No seu processo de evolução histórica, necessário é que se proclame, o antigo povoado de São José da Barra do Rio Negro projetar-se-ia à semelhança de uma intransponível Fortaleza, protegida por canhões e pela cruz — símbolo sagrado dos religiosos carmelitas — contra as tentativas de invasão dos inimigos de Portugal..*

*Essa preocupação de conservar a integridade da base física do povoado, que mais tarde daria lugar ao surgimento da grande capital do Estado do Amazonas, evidenciou, a todos os títulos, a disposição irreversível de locais, orientados sàbiamente pela capacidade estratégica dos militares lusitanos, defenderem a plenitude da posse definitiva e o domínio da cidade que lhes pertencia por origem e por direito de conquista.*

*A par dêsses relevantes enfoques históricos, que assumem conotações com a realidade sócio econômica do presente, a cidade de Manaus, assim denominada em razão da existência, às margens do Negro, da tribo Manau — a cuja liderança se impôs o vulto legendário de Ajuricaba, que preferiu a morte a render-se em condições humilhantes — cederia lugar a uma lenda que significaria, pelos anos em fora, a bravura e o elevado espírito de amazonidade de seus habitantes.*

*Com efeito, no rush da borracha, Manaus se transformou no centro de gravidade de transcendentais operações econômicas. O fastígio incomensurável do Estado, com a produção do látex em larga escala, legou à posteridade obras arquitetônicas de fino acabamento, para regalo dos olhos dos que nos visitavam, atestando o alto poder engenhoso da capacidade profissional lusitana.*

# EDITORIAL

*A extração do látex, sangue e vida dos seringueiros que perlustravam as brechas da selva com a paciência de um beneditino, se processa ainda hoje desassistida da técnica, uma vez que as árvores cansadas não têm mais sentido de recuperação, o que vem de positivar uma economia predatória, em detrimento do equilíbrio financeiro do Estado..*

*Essa a razão fundamental do colapso que sofremos do ponto-de-vista econômico-financeiro, por várias décadas.*

*Sucede, porém, que a consciência patriótica de brasileiros de envergadura moral inconspurcável, prevendo a insolvência econômica e a derrocada total do regime democrático, reagiu e sobrepôs-se às ideologias malsãs que tinham por finalidade minar os alicerces morais e a tradição de um povo nascido sob o signo da cruz de Cristo.*

*A enérgica tomada de posição, sob a égide das fôrças armadas, veio de recuperar as energias vitais da Amazônia legal, que, evidentemente, hoje em dia, não é sòmente uma referência geográfica, mas uma realidade econômica, consagrando a feliz assertiva de Gilberto Amado, para o qual "o Brasil é uno e indivisível na sua crença e na configuração geográfica".*

*Com o advento da Revolução de 31 de março, o Amazonas revitalizou as suas fôrças, quer no campo da iniciativa privada, quer nos domínios dos serviços públicos, através da reestruturação da Zona Franca de Manaus, instrumento básico do aceleramento sócio-econômico-cultural de nosso Estado.*

*Novas perspectivas se descortinam em tôdas as áreas de atividades. Os favores isencionais despertaram esperanças renovadas, atraindo a classe empresarial brasileira, cuja presença e participação no processo desenvolvimentista da área é uma segurança e demonstração inequívocas do desejo de integrar o Amazonas ao contexto da economia brasileira.*

*A administração estadual, sob o influxo do processo revolucionário, modernizou-se e garantiu melhores condições humanas de sonbrevivência aos funcionários. Hoje em dia, o govêrno do Amazonas imprimiu no mecanismo burocrático, métodos de trabalho rigorosamente adaptados aos critérios e princípios preconizados pela administração científica, dando ênfase especial ao sistema de mérito, para o ingresso no serviço público. Adotou, como medida* sine qua, *uma filosofia de orientação técnica e de treinamento a seus funcionários, sob a inteira responsabilidade da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas, estabelecimento de nível médio, pertencente à estrutura organizacional da Secretaria de Estado de Administração.*

*No ensejo, a Revista do Serviço Público, regozijada com o transcurso dos 300 anos de fundação da cidade de Manaus, edita êste número em homenagem a êste significativo evento, que empolga de civismo, sem dúvida, a alma de quantos vivem nestas plagas.*

# MANAUS DE ONTEM

MARIO YPIRANGA MONTEIRO

Em face do estado de cousas, das sombrias perspectivas entrevistas com a invasão estrangeira, o govêrno português de dom Pedro resolveu reagir em defesa dos seus interêsses periclitantes. Mas, ainda assim, só despertaria instigado por um zelozo capitão de infanteria, o sanguinário Pedro da Costa Favela, figura central de tantos crimes e que já estava com o nome mais ou menos liado à terra, pois que o vemos na relação dos que, com Pedro Teixeira, integravam a equipe da célebre jornada.

Pedro da Costa voltara ao Rio Negro e aqui estava em 1668 acompanhado de um franciscano, frei Teodózio da Veiga, da Ordem das Mercês, para caçar peças humanas. A cruz, ao lado da espada, só se explica pela exigência da lei, que mandava que um sacerdote assistisse sempre ao caçador de escravos. Pedro da Costa Favela vinha sob os auspícios do Governador do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Fundou, coadjuvado pelos Aruaquí, próximo a Aruim, um povoado. Pois, fôra êsse treloso cabo de tropas quem insistira, na sua volta a Belém, junto ao Governador Coelho de Carvalho, sôbre a necessidade tática de guarnecer-se estas regiões contra a eventualidade de um assédio. Pediu-lhe mandasse erigir uma fortaleza, em lugar adequado, que resguardasse o rio Negro das incursões inimigas. Mostrou-se preocupado com aquêle domínio espiritual da Espanha no Solimões e com a fomitura política da Holanda. Convenceu. A Fortaleza seria erguida o mais breve possível, parece que por ordem especial de dom Pedro II.

1669. Aos 3º, 8' 4" de latitude austral do Equador, e 59º, 59', 59" de longitude do meridiano de Greenwich, na altura de 44 m 9 sôbre o nível do mar, ergueu-se, colgado à barreira da margem esquerda do rio Negro, um simulacro de Fortaleza, de forma quadrangular, em pedra e barro, sem fôsso. Coube a responsabilidade de artilhar a Barra do Rio Negro, ao capitão Francisco da Mota Falcão, que nesse mister seria auxiliado por seu filho Manuel da Mota Siqueira, grande sabedor de assuntos militares. Duas peças de bronze e duas de ferro, respectivamente de calibres um e três, guarneciam as cortinas, numa ameaça surda e perfeitamente inútil ao invasor. Chamavam, à Casa-Forte, São José da Barra. Êsse reduto ficava precisamente a três léguas da foz do rio Negro, num cômoro suave, mais ou menos onde se encontra hoje o edifício da Fazenda Pública. Note-se que aquêle local foi arrazado, pois o nível da barranca era mais alto. Duas léguas à montante estava a tapera dos Tarumã. Êsse forte desempenhou plàcidamente o seu mister durante cento e quatorze anos. Foi o primeiro comandante da praça, com funções alargadas de derimidor de tricas o capitão Angélico de Barros, nada obstante admitir-se a existência de um zelador do povoado, a quem estavam afetas aquelas atribuições, que o comandante arbitràriamente chamava a si, passando sôbre a lei.

Nasceu, sob a proteção daqueles canhões, o povoado da Barra. São José da Barra do Rio Negro, como ficou conhecida a Fortaleza, nos seus dias inaugurais, originaria a toponímia simplificada : Lugar da Barra, a qual perduraria um século. Sob a proteção dos canhões e da cruz, evoluiu ràpidamente o povoado, assistido pelos religiosos carmelitas, encaminhados para cá em 1695, os quais conseguiram aplacar aquela promíscua indisciplina social.

Ergueram nesse ano de 1695, uma ermida coberta de palha, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, que aliás já havia sido a padroeira da primeira tapera dos Tarumã. Essa ermida foi mais tarde substituída por uma igreja, construída na antiga praça da Trincheira, pelos Jesuítas Não chegou a ficar concluída. Lôbo d'Almada queria corrigir-lhe os defeitos arquitetônicos. As linhas simples deveriam ser substituídas pelo estilo da época. Devorada completamente por um incêndio na noite de 2 de julho de 1851, não se pensou mais em reconstruí-la. Nessa primitiva ermida predicavam a paz e a harmonia, nem sempre respeitadas pelo colonizador, aquêles santos homens a quem muito deve a história de nossa terra.

Não fôsse o canhão, mantendo a distância o invasor, e não fôsse o crucifixo, curando da disciplina moral dos nativos e chegadiços, e talvez forasteiros, descidos dos altiplanos guianenses, houvessem assolado tôda a região do baixo rio Negro, em rázias terríveis, comboiando a mercância e desorganizando a economia lerda do vale, em proveito de potências inimigas de Portugal. Mas ali estavam, numa vigilância contínua e feroz, as peças de ferro e de bronze espreitando sôbre os parapeitos. Ali estavam, diligentes, os missionários e oficiais, assistindo e disciplinando os habitantes. E ao abrigo dessas fôrças díspares, desenvolveu-se, no terreno adjacente ao forte, o povoado da Barra, simples arraial mal organizado a que os tejupares transmitiam uma impressão bárbara de promiscuidade. Aqui e ali, ao sabor das tendências estéticas do amerígena, começavam de surgir abarracamentos pitorescos de palha de inajá e embuçú, sem simetria, sequer sem delineamento, num amontoado, como se uma civilização, chantada apressadamente naquela clareira da mata virgem, os tivessem reduzido àquela desordem.

O reduto fortificado espiava essa enérgica revolução social. A ermida, tôsca e humilde, abençoava os alicerces da futura urbs. E foi dêsse congestionamento humano, dessa simbiótica anarquia de tetos escorridos, que os terrais varriam, que mais tarde nasceu Manaus. Não é, conseqüentemente, sem surprêsa geral, que se vê, ao raiar de 1700, o insignificante povoado oferecer o impressionante aspecto de uma vila, com as suas primeiras ruas e praças lamacentas, a sua engrenagem social funcionando regularmente, pôsto a categoria de vila lhe fôsse sonegada por espaço de um século.

Atraídos pela simpatia que inspiravam os santos carmelitas, diversas comunidades de Pacé, Baré, Baníua, descidos, aquêles do Japurá, e outros do Içana, fixaram-se no povoado. Começou a grande mescla de sangue, entre brancos e tribos contrárias, a grande miscigenação que em poucos anos iria dar à terra uma geração nova de mamelucos e caribocas, novos

costumes, novos usos e uma língua corrompida pelo processus do "melting-pot". Quem primeiro deu o sinal para essa fusão atrabiliária, pôsto que de todo modo benéfica, de cruzamento, fôra o sargento Guilherme Valente, da guarnição do Forte; o tenente Bernardo Toscano de Vasconcelos estabeleceu amizade com os terríveis Manáu, desposando a bela filha de um principal daquela soberana e aguerrida nação. A diplomacia dêsse brioso soldado português não ficaria apenas na aliança que alcançara com os Manáu. Fundou a povoação de Aracarí e firmou relações com as tribos dos Caburiquena e Caraiarí. Êsse pacto trouxe como conseqüência a descida, para o povoado, de grande cópia de elementos daquelas gentilidades. Depois, temos notícia de que o tenente Crispim Lôbo de Souza casava-se com uma das filhas mamelucas do sentenciado prófuga Manuel Dias, o mesmo que havia, entre 1754 e 1787, destinado à Barra cêrca de trezentos nativos, contribuição robusta que ajudaria de muito a engrandecer o povoado. Atraíra-o o comandante do Forte, tenente Bernardo Toscano de Vasconcelos. Deve-se a êsse esforçado oficial a aliança com o principal Matias da Costa, e conseqüentemente, a descida, do rio Ixié, de mais elementos para reforçar a população.

Assim progredia, da noite para o dia, a povoação da Barra, sob a tutela das cortinas de taipa socada por onde espiavam, alertados, os esculcas de ferro e bronze. Povoação rudimentar, os seus hábitos e costumes primitivos, mistela dos hábitos e costumes reinóis e indígenas, com as suas pompas e as primeiras manifestações culturais, ainda assim já começava a aparentar uma evolução serôdia.

As culturas primitivas do algodão, do anil, do arroz, do cacau, do café, da castanha e a extração de drogas, principal fonte de riqueza, como a manufatura da banha de tartaruga, eram soberbos atestados de trabalho, singulares manifestações de progresso, eloqüentes índices de uma norma de vida que se presumia importante para um povoado atrasado, surgido do recesso da selva.

O índice demográfico do Lugar da Barra acusava em 1774, "220 pessoas, incluindo o vigário, diretor e dez mulheres maiores de noventa anos". Em 1778 o ouvidor Ribeiro Sampaio computava na relação dos moradores, 34 brancos, 220 índios e 2 escravos negros, empregados na fabricação de manteiga. Note-se, já, a existência de dois escravos negros, para uma sociedade em miniatura, desde que a lei de 6 de junho de 1755 mandara sustar a escravização dos índios. A entrada de negros escravos, no Amazonas, começa, portanto, de 1778, ou pouco antes, quando os dois primeiros infelizes que teriam de substituir, como bêstas passivas, os animais de carga inexistentes, são apontados no recenso. Alexandre Rodrigues Ferreira em 1786, dava para a Barra uma população de trezentos e um moradores, distribuídos por quarenta fogos, sendo quarenta e sete brancos, duzentos e quarenta e três índios e onze escravos negros. Em oito anos apenas, entraram na vida econômica da antiga Manaus, nove escravos africanos. Os índios componentes dêsse quisto demográfico estavam na frente, representados por comunidades Baré, Baníua, Pacé, Tarumã, aumentadas com elementos oriundos dos Manáu, Meroquena, Aruaqui, Jurí.

Os povoadores entregavam-se à vida pacífica da agricultura de subsistência ou da criação, da indústria de rêdes, da manufatura da manteiga de tartaruga, da colheita do tabaco, da maniva, do cacau, do milho, extração de drogas, viração de tartarugas, etc. A criação do gado vacum andava por uma vintena de cabeças, pertencentes aos moradores locais. Segundo rigorosa estatística, em 1787 trinta e seis agricultores haviam colhido "oito arrôbas de café, cento e quarenta e nove de tabaco, vinte e três de algodão, setenta e seis alqueires de milho. A indústria da farinha alcançava os trezentos e vinte e dois alqueires. Empregos públicos sòmente na sede da Capitania ou quando muito, lotados na Barra.

Daí por diante a situação do Lugar da Barra devia prosseguir com visível melhoria. Tanto no seu aspecto demográfico como no seu panorama econômico. O forte foi declinando de prestígio, de vez que não apresentava aspecto militar que imprimisse respeito, incapaz de resolver qualquer impasse grave que surgisse. Foi então caindo aos pedaços. Enquanto isso, o povoado se fazia robusto, botando atividades, crescendo cada vez mais em população, conseqüentemente enchendo-se de residências estilo colonial, acachapadas umas, outras empinando-se com sobradinhos. Ruelas lôbregas e tortuosas, célebres travessas do tempo, tomavam sentido, indicadas pelo vulgo pelos nomes mais bombásticos, segundo as circunstâncias. A primeira rua conhecida por nós é a dos Armazens. A seguir, a rua do Trem. E praças do Pelourinho, da Trincheira. Outra ruela velhíssima é o célebre beco do Casemiro, no bairro de São Vicente de Fora.

Em 1783 foi desarmado o Forte, por ordem do general João Pereira Caldas, perdeu o povoado aquêle aspecto de praça de guerra, passando os povoadores a garantirem-se apenas com os recursos da guarnição local.

O Presidente da Província, João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha, fala do Forte da Barra em seu relatório: "O forte desta capital tem apenas as arruinadas muralhas. O local é o mais impróprio; e, ainda que se despendessem consideráveis somas para a sua reedificação, de utilidade alguma poderia servir, a não ser para sinais de regosijo em dias de festa nacional". Projetou o Presidente da Província construir um "forte de registro", em local mais adequado, salientando as posições que lhe pareciam mais convenientes. Ordens foram dadas para examinar o local e fazer-se a planta e orçamento. E o forte da Vigia foi construído onde existe a Colônia de Oliveira Machado, sôbre o igarapé do mesmo nome. De Forte só tinha o nome, pois que era antes um pôsto de emergência, mais tarde desaparecido.

Em 1791 Lôbo d'Almada, o terceiro governador da Capitania de São José do Rio Negro, transfere a sede de sua administração para a Barra, fiado nas possibilidades que o local oferecia aos seus bons propósitos de administrador. A chamada Casa-Forte do Rio Negro vai servir de residência, uma vez que está inútil. Não existem acomodações no povoado. As casas ainda são poucas, pequenas, de chão e cobertas de palha. As poucas que existem assobradadas são de pessoas de certa categoria. A residência de Lôbo d'Almada e a mudança da capital seriam de grande alcance para o progresso da Barra.

Uma vez fixada a sede do govêrno, Lôbo d'Almada procura com os recursos de que dispõe, realizar melhoramentos que colocassem o lugar à altura de corresponder ao título pomposo de capital.

O primeiro gesto de Lôbo d'Almada, foi mandar construir o Palácio dos Governadores. Êsse edifício, sem dúvida o mais importante daqueles dias, feito de pedra e barro, foi coberto de telhas. Construiu um hospital para atender à guarnição local e ao povo, o quartel de milícias e uma cadeia pública. Desdobrou-se o terceiro governador da Capitania de São José do Rio Negro em atividades outras. As medidas assistenciais, por exemplo, mereciam sua atenção. Mandou levantar uma fábrica de panos de algodão e outra de tecidos e rêdes (maqueiras). Criou o depósito de pólvora. Fêz construir um pequeno estaleiro para reparo das embarcações, que ficava na praia da Ribeira, no Pôrto-Real, ao lado da Fortaleza. Levantou uma padaria, fábrica de cordoaria, outra de fécula de anil, olaria, uma fábrica de velas de cêra. Uma nova igreja, pois a que se estava erguendo, à praça da Trincheira, não satisfazia os requisitos estéticos e urbanísticos. As artes também encontrariam nêle um defensor. Organizou uma escola de música. Sob sua orientação foi construído o arsenal de marinha. Elevou o efetivo da guarnição local para trezentos homens. Tôdas essas medidas vieram demonstrar a boa vontade de que estava possuído o notável administrador para com o lugar e o povo. Foi perseguido, apontado pela inveja dos pequeninos que temiam o seu prestígio. Morreu na pior das humilhações, em Barcelos, a 27 de outubro de 1799. Ninguém sabe, sequer, onde fica seu túmulo, na igreja onde foi sepultado.

Na sua progressista administração, a Barra foi tomando aquêle aspecto de capital, transformada arquitetônicamente dia após dia. As ruas, tortas, esburacadas, sem alinhamento, sem nomes oficiais foram melhorando ao menos quanto ao traçado. Novas ruas, mais largas e mais compridas, iam sendo rasgadas, e os nomes pitorescos vão aparecendo. O âmbito citadino dilata-se para a rosa, firmando-se numa área que não é despropósito afirmar seja a metade do atual perímetro, compreendendo-se, naturalmente, que a cidade estacionara à margem dos igarapés, transpostos no século seguinte pelas tôscas pontes de madeira. O limite da cidade era, então, aquêle formado pelos igarapés de São Vicente, ao norte, da Ribeira, a este, depois do Espírito Santo e da Olaria, e rio Negro, ao sul. A oeste a cidade era confinada pela ilha de São Vicente, hoje península, depois do atêrro sofrido. A Barra povoou-se assustadoramente depois da transferência da capital, vindo com ela a máquina administrativa reinol.

Não duraria muito tempo a evolução do povoado. A carta régia de 22 de agôsto de 1798 tirava novamente a sede da administração do Lugar da Barra para reconduzí-la a Barcelos pela segunda vez. Quinze anos durou esta situação. O bastante para que aquêle fastígio que cercava o povoado decaisse, dia após dia. A capital volta a ser a Barra, parece que em caráter definitivo, a 29 de março de 1808.

A primeira grande avenida, arborizada com tamarindos, e a igreja de Nossa Senhora dos Remédios deveu-o a Barra à administração de Manoel Joaquim do Paço.

Os casinhotos foram aparecendo, assobradados alguns. O gado pastava nas ruas, pondo em perigo a vida dos transeuntes, principalmente à noite. A Câmara em 1824 mandou construir um cercado para recolha do gado, preservando assim as roças e os quintais. O cercado correu por conta da população, bem como os honorários do zelador do curral, que recebia quarenta réis por cabeça. Essa providência foi tomada em virtude da iluminação escassa, feita com manteiga de tartaruga, nas ruas, até que as substituisse pela nafta, mais tarde, quando o povoado cresceu, passando à vila.

Evoluiu assim socialmente o povoado.

# CLÁUSULA DE REAJUSTAMENTO NOS CONTRATOS

JOSÉ BAPTISTA PESSOA
Consultor-Jurídico da S.E..A.A.

E' comum encontrar-se nos contratos cláusula expressa nos seguintes têrmos:

> "Durante o prazo de execução dos serviços e na eventuali-
> "dade de alteração do salário mínimo, ficará o saldo a
> "pagar do preço ora estipulado, sujeito a reajustamento
> "que será proporcional ao custo unitário de construção,
> "tomando-se por base o aumento verificado no preço por
> "metro quadrado da mesma".

A lei substantiva civil, no seu art. 1.246, estabelece que:

> "O arquiteto, ou construtor, que, por empreitada, se incum-
> "bir de executar uma obra segundo o plano aceito por
> "quem a encomenda, não terá direito a exigir acréscimo
> "no preço, ainda que o dos salários, ou o do material,
> "encareça, nem ainda que se altere ou aumente, em rela-
> "ção à planta, a obra ajustada, salvo se se aumentou, ou
> "alterou, por instruções escritas de outro contratante e
> "exibidas pelo empreiteiro".

A princípio era entendimento dominante que o mencionado dispositivo de lei não permitia a aplicabilidade da cláusula "**rebus sic stantibus**", que tem a "condição implícita de que resulta resilição do contrato sucessivo, "se posteriormente a sua conclusão sobrevierem circunstâncias imprevisí- "veis e inevitáveis que alterem profundamente e notòriamente a situação "de fato preexistente diante do que não poderia ser cumprido, senão com "considerável dano ou prejuízo econômico do obrigado, ou quando o seu "estado econômico sofreu real alteração que não proporciona ao credor as "mesmas garantias que lhe oferecia ao realizar a compra e venda" (in "DICIONÁRIO DE TECNOLOGIA", vol. I, págs. 248/9, PEDRO NUNES).

Dessa forma, sem que se pudesse admitir reajustamentos futuros, o contrato de empreitada ficava sujeito aos azares da álea. E o art. 1.246 aparecia imutável porque o contrato deveria ser lei entre as partes, evitando que os empreiteiros, usando de artifícios predominantemente maliciosos, alterassem o valor da obra locupletando-se à custa alheia.

MANUEL INÁCIO CARVALHO DE MENDONÇA, em sua clássica obra "CONTRATOS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO", 4.ª ed. atualizada pelo Min. JOSÉ DE AGUIAR DIAS, TOMO II, pág. 105, chegou mesmo a asseverar que:

> "O aumento do valor dos materiais e da mão de obra, porém
> "não é causa justa para que "o empreiteiro exija o aumento
> "do preço".

# CLÁUSULA DE REAJUSTAMENTO NOS CONTRATOS

A verdade é que os contratos comutativos sempre estão sujeitos a acontecimentos previsíveis e imprevisíveis, aplicando-se a cláusula "rebus sic stantibus", ocorrendo a última hipótese, daí ser perfeitamente assimilável o ensinamento do Min. FRANCISCO CAMPOS quando diz que o art. 1.246, do Cód. Civil, deve ser:

> "interpretado nos têrmos em que o é a regra implícita em "todos os contratos em que é fixado o preço da prestação. "Nada impede, portanto, que, em relação aos contratos "de empreitada, se façam sentir os efeitos da imprevisão. "O risco assumido pelo empreiteiro é o normal e o próprio "do contrato, e não o risco criado, contra a vontade e a "intenção das partes, por acontecimento extraordinário e "inevitável, que, se estivesse na sua previsão, teria impedido "a formação do contrato" (in "REVISTA FORENSE", vol. 106, pág. 271).

O mesmo autor em parecer fornecido ao Sindicato da Indústria do Rio de Janeiro, evidencia que os fatos supervenientes fazem alterar

> "por tal forma as condições do mercado que seria, eviden- "temente injusto, nas relações contratuais, fazer pesar "sòmente sôbre uma das partes excessiva agravação das "prestações previstas para os tempos normais...
>
> "..................................................
>
> "Embora varie de caso a caso, a construção técnica desti- "nada a justificar a revisão, em essência, sob a diversidade "das razões invocadas pelos tribunais, o argumento domi- "nante é o da boa fé, ou regra moral segundo a qual não é lícito a um dos contratantes aproveitar-se de circunstân- "cias imprevisíveis à conclusão do contrato para onerar o "outro contratante, além do limite em que êle teria consen- "tido em se obrigar" (in "PARECER SÔBRE DIREITO CIVIL", pág. 5/9).

Há opiniões, por outro lado, que se inclinam pela manifestação da vontade dos contratantes, por escrito, no contrato, para que exista direito ao pagamento da diferença do preço da obra, em havendo fato posterior que a onere (Vide, por exemplo, as pub. na "REVISTA DOS TRIBUNAIS", vol. 95, pág. 109).

A seu turno, assevera o insigne PONTES DE MIRANDA que o reajustamento para ser efetuado, em virtude de condições onerosas excessivas, é preciso sua previsibilidade no contrato ou na lei que o autorize. Senão vejamos:

> "Não se pode negar que a cláusula "rebus sic stantibus" "possa ocorrer, querendo-o os figurantes ou a lei; o que

> "se nega é que possa admitir tal cláusula sem a vontade "dos figurantes ou da lei" (in "TRATADO DE DIREITO PRIVADO", Tomo XXV, pág. 249, parágrafo 3.072, n.º1).

E finalmente, a teoria da imprevisão já vem expressa no art. 346 do projeto do Código das Obrigações, que se encontra atualmente no Congresso Nacional.

## II

No Direito Administrativo hoje em dia é pacífica a aceitação da cláusula "rebus sic stantibus", conforme se pode ver das opiniões de TEMÍSTOCLES BRANDÃO CAVALCANTE, in "REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO", vol. 3, pág. 393; CARLOS MEDEIROS DA SILVA, "REVISTA FORENSE", vol. 122, pág. 65; CAIO TÁCITO, "REVISTA FORENSE", vol. 103, pág. 629; LÚCIO BITTENCOURT, "REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO", vol. 2, pág. 812.

J. GUIMARÃES MENEGALE, cuidando da matéria esclarece que, quando o contrato especifica, textualmente, os motivos da fôrça maior, o reajustamento deverá ser procedido por fôrça do próprio ajuste. Eis o que leciona o mestre da Ciência da Administração:

> "Resta, porém, especificar as circunstâncias elementares "do caso fortuito ou de fôrça maior. Preliminarmente, "importa salientar que as partes podem mencionar expres- "samente no texto do contrato os casos que reputam de "fôrça maior; em tal hipótese, só caberá aplicar o contrato "sem controvérsia possível" (in "DIREITO ADMINISTRATIVO E CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO", pág. 376).

## III

O reajustamento nos contratos administrativos não deve importar em margem de lucro para o empreiteiro, e, sim, numa revisão justa dos preços, a fim de evitar a sua insolvência, com o locupletamento indevido da outra parte.

A prática e a legislação administrativa, modernamente, já evoluíram do sistema da revisão do valor dos contratos, para um sistema de indexação, com valores calculados, a priori, insertos no próprio texto da avença. Tal procedimento tem fundamento da alegação de a teoria da imprevisão sòmente é lícita quando ocorrer causa superveniente que não estava, é lógico, na previsão dos contratantes. Num país inflacionário, onde é constante a flutuação dos valôres, é mais apropriado usar-se, nos contratos, correção mediante parcelas previstas nos índices, pois, repita-se, a inflação deixou de fato imprevisível.

O Decreto-Lei n.º 185, de 23.02.67, em seu art. 2.º, estipula que os serviços e obras a cargo dos diversos órgãos federais serão pagos,

quando ajustados ou contratados com **terceiros**, mediante Tabela Geral de Preços Unitários, variável para as diferentes regiões do país, mas idênticas para todos os órgãos e revista anualmente ou sempre que fôr recomendada a atualização.

O diploma legal acima referido permite, nos contratos assinados com a administração pública, a cláusula de revisão de preços, dês que estabelecida prèviamente nos atos da concorrência. Dispensada esta (concorrência) a cláusula de reajustamento deve vir também preestabelecida no documento que serviu de justificação a ela.

A revisão dos preços, quer unitários, quer globais, deve atender à fórmula prevista no art. 6.º do supramencionado Decreto-Lei.

Os autores que tratam da matéria, com base no Decreto-Lei n.º 185, nos elucidam o seguinte :

FÓRMULA

$$R = 0{,}90 \times \frac{Ii - Io}{Io} \times V$$

A fórmula pode ser assim traduzida :

R — corresponde ao valor do reajustamento procurado;

I i — representa a média aritmética dos índices mensais do período que deverá ser reajustado;

I i — índice de preços verificados no mês da apresentação da proposta que originou o contrato;

V — é o valor contratual da obra ou dos serviços a serem realizados (art. 6.º).

O parágrafo 5.º, do art. 6.º, determina que :

"Sem prejuízo das penalidades contratuais correspondentes, quando "haja atraso na execução da obra, por culpa do empreiteiro, não serão "reajustados os preços dos serviços executados em desacôrdo com o conograma de execução daquela".

A 11 de março de 1 967, veio a lume o Decreto n.º 60.407, e modificando êste, posteriormente, foi editado o Decreto n.º 60.706, de 9 de maio de 1 967, estipulando em 35% o total do reajustamento do preço unitário inicial do contrato e ultrapassando êsse quantum, a administração poderá rescindí-lo.

Na hipótese de o contrato ser anterior aos diplomas mensionados e trazendo expressamente o índice de reajustamento, prevalecerá a cláusula contratual, à vista do princípio da retro-operação das leis.

## CLÁUSULA DE REAJUSTAMENTO NOS CONTRATOS

Ocorrendo prorrogação do contrato, para sua legalidade, faz-se mister, prèviamente das modalidades de licitação, ou na dispensa dessas, de documento perfeito e acabado com suas causas justificadoras.

Nos atos motivadores de prorrogação contratual, a par de justificar-se, expressamente, que o empreiteiro não se houve com culpa no atraso da obra, deverá nêle constar também a cláusula de reajustamento.

IV

Não se deve ter como significativo, do mesmo passo, o argumento de que os contratos envolvendo serviços profissionais de técnicos estão excluídos da incidência das leis reguladoras da revisão.

O artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 185, de 23.02.67, é desenganador quando se refere que os serviços e obras dos órgãos do Govêrno Federal serão pagos, quando ajustados ou contratados com **terceiros**... Evidentemente que na expressão legal estão contidos todos os serviços (ressalvado, é claro, quando haja vínculo empregatício), ajustados e contratados com **terceiros**, não excetuando aqueles que envolvam honorários.

De tudo que foi exposto conclui-se:

### EM DIREITO PRIVADO

a) — A cláusula de revisão pode vir expressa no contrato, atendendo, à teoria da imprevisão, que encontra o seu fundamento na cláusula **"rebus sic stantibus"** dos velhos juristas romanos;

b) — Quando omissa fôr a cláusula de reajustamento, os Tribunais tem-na, em cada caso concreto, admitida como implícita, aconselhando o reajustamento, tôdas às vêzes que, causas supervenientes, tais como, majoração de salários e de matérias primas, possam tornar inexequível o ajuste, ou extremamente oneroso para uma das partes;

c) — A ocorrência de causas supervenientes não induz a resilição do contrato, dês que o co-contratante se comprometa a pagar a importância acrescida proveniente da instabilidade e desnivelamento econômico;

d) — Quando expressamente consignada a cláusula de não reajustamento, antecipadamente se está proibindo os aumentos. Subentende-se que os contratantes previram as oscilações do preço, sendo por conseguinte, defeso as majorações, pois, o não reajustamento expresso no contrato emana da vontade bilateral.

### EM DIREITO ADMINISTRATIVO

a) — E' possível a cláusula de revisão nos contratos;

b) — Na revisão deve ser levado em consideração o sistema de indexação;

c) — Os contratos lavrados e assinados anteriormente aos diplomas legais que disciplinam a revisão, desde que contenham as bases de reajustamento continuam a prevalecer. Sendo omissas essas bases, embora, prevejam reajustamento, deverão se ajustar às fórmulas legais que vigoram presentemente;

d) — Nenhum contrato ou aditamento ou prorrogação poderá ser assinado sem as prévias modalidades de licitação, ou com justificativa ponderosa na ausência destas;

e) — Não entregando no prazo a obra ou serviço o contratante não terá direito a reajustamento;

f) — Só se poderá falar em reajustamento quando ficar devidamente comprovado que a obra ou serviço foi executado em todos os seus têrmos;

g) — O sistema de reajustamento de preços envolve obras ou serviços e dêles não se exclui as atividades profissionais, principalmente, quando avultado o seu valor;

h) — O reajustamento incide, em geral, a partir dos meses em que ocorreu o desnível econômico;

i) — Os contratos findos não são atingidos pelo reajustamento, salvo se as condições de revisão ocorrerem na sua vigência;

j) — O reajustamento contratual não pode exceder a 35% do valor da obra ou serviço, salvo para os contratos elaborados antes da atual legislação e que tenham previstos em suas cláusulas o valor da revisão.

Esta modesta contribuição procurou guardar fidelidade à legislação baixada pelo Govêrno Central, até maio de 1 967.

# ARRECADAÇÃO TRIBUTARIA

RAIMUNDO M. DE MENDONÇA

No limiar de um novo ano e de uma nova década, desejo iniciar algumas considerações sôbre Desenvolvimento sócio-econômico, com relação à política tributária.

O comportamento da arrecadação tributária da União, vem até o momento, apresentando índices bem otimistas. Novo recorde foi registrado : 14 bilhões de cruzeiros novos, sem computar o mês de dezembro. O ano de 1968 apresentou uma receita da ordem de 10.275,4 milhões de cruzeiros novos.

O impôsto de renda, o tributo direto mais importante, indicou uma arrecadação de 4,15 bilhões de cruzeiros novos; a receita efetiva dêsse impôsto foi 14,7% superior às previsões, que segundo os técnicos, assinalavam um crescimento em relação ao ano passado da ordem de 37%. Em 1968, a receita proveniente dêsse tributo somou NCr$ 2.173 milhões, demonstrando um aumento, de aproximadamente, 52%.

Baseado em fonte bem idônea, devem ser responsabilizados como fatôres preponderantes para êsse bom comportamento da arrecadação, primeiro, o esclarecimento da opinião pública sôbre a necessidade do pagamento dos impostos, notadamente do impôsto de renda. O outro, a ação da Operação-Justiça-Fiscal, que registrou êxito, com um lema dos mais felizes : "Onde todos pagam, todos pagam menos". Essa Operação foi a principal responsável pela elevação dos índices de arrecadação em quase 5 bilhões de cruzeiros novos.

Em sendo assim, o nosso Estado deveria iniciar, o mais breve possível, penso eu, uma — Operação-Justiça-Fiscal no sentido de que : Todos pagando, todos paguem menos. Creio que será válido. Sim, porque vale muito mais o esclarecimento formador de uma consciência racional, coerente e estrutural, do que a fôrça punitiva, simplesmente. Surgiria a probabilidade de um crescimento dirigido e compensador da receita, mormente do impôsto de circulação de mercadorias.

E em função dos resultados obtidos por essa ação, poderíamos marcar uma nova fase no aperfeiçoamento do sistema de arrecadação do Estado, tornando possível, retirar do impôsto sua característica única de carreador de recursos e o levar a ser um instrumento de política fiscal, influindo nas atividades econômicas.

Dirá alguém : a primeira observação poderá ser válida, até certo ponto, mas, quanto à política fiscal, à sistemática, cabe as autoridades federais, exclusivamente. Concordo, como norma geral de ação, mas a eficiência gerencial poderá muito bem agir em particularidades que não ferem o conteúdo geral. Uma tentativa, várias tentativas, devem ser tentadas, atentando-se para a teoria econômica da produção e do consumo, em benefício de um crescimento mais uniforme, como a ampliação do mercado interno e evitando-se a contribuição ponderável dos impostos na

formação dos preços. Não é fácil, mas é certo que o assunto deve caminhar lado a lado ao aspecto jurídico da tributação. O prof. Otávio Gouveia de Bulhões defende a tese de que o pior da carga fiscal não é o seu volume, mas o seu sistema de arrecadação, por exemplo, a exigência da antecipação da receita durante o processo produtivo, isto é, desde a fábrica até o consumo final: o comércio lojista, realiza suas vendas sob financiamento e recolhe impostos à vista. E' assunto para se pensar bastante.

Somos uma parcela da Federação, com direito a exigir dela que nos ouça, que permita acompanharmos no plano de elevação prevista do Produto Interno Bruto somado à inflação, pelo igual crescimento de nossas vendas, de nossa produção e consumo. Que nos dê instrumentos capazes de acompanharmos as metas principais do Planejamento Global.

# PARECER N.º 001/69

JOSÉ BAPTISTA VIDAL PESSOA
Consultor Jurídico da S.E.A.A.

ASSUNTO : — Demissão. — Ato Institucional n.º 1. — Incabível apreciação administrativa dos atos oriundos do Poder Revolucionário, competência deferida ao Judiciário (parágrafo 4.º, do Art. 7.º), que também não poderá ultrapassar ao exame das formalidades extrínsecas indispensáveis.

JAYME REBELO DE SOUZA, brasileiro, casado, foi demitido do cargo de "ADVOGADO DE OFÍCIO", do Departamento de Assistência e Previdência Social, hoje Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado do Amazonas, após investigação sumária, na forma do parágrafo 1.º, do art. 7.º, do Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964.

2. Em decorrência disso, o interessado no presente processo foi denunciado perante o juizo criminal, como incurso nas sanções do art. 312 do Código Penal Brasileiro, sendo, por fim, absolvido, visto que, segundo o decisório, não houve a tipificação do crime de peculato.

3. Em época de normalidade constitucional, consoante já evidenciamos no Parecer 314/67, há repercussão da sentença criminal na esfera administrativa, quando :

a) — Inexistir a materialidade do fato imputado ao funcionário;

b) — Fôr absolvido o funcionário, na presença de crime, em virtude de não ser o seu autor.

4. Assim, seriam válidos os argumentos do Requerente, com que fêz côro a Secção de Classificação de Cargos, se não houvesse sido êle demitido pelo Ato Institucional n.º 1.

5. Portanto, pela forma de direito excepcional, à administração é defeso rever os atos punitivos, emanados do Poder Revolucionário, competência essa deferida ao contrôle jurisdicional com a limitação ao exame das formalidades extrínsecas "vedada a apreciação dos fatos que os motivaram "bem como da sua conveniência ou oportunidade" (parágrafo 4.º do art. 7.º, AC n.º 1).

6. A propósito, cabe destaque o seguinte excerto do voto do eminente Ministro DJACIR FALCÃO, publicado na "REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA" do STF, vol. 46, novembro de 1968, pág. 487, ao

analisar a constitucionalidade do art. 12, da Carta Política de São Paulo, na Representação n.º 753 :

> "Verifica-se da leitura no parágrafo 4.º, do art. 7.º, "do A.I. — 1, que sòmente ao Poder Judiciário foi "atribuído competência para apreciar a aplicação das "sanções previstas no parágrafo 1.º, do mesmo artigo, "cingindo-se o exame às formalidades extrínsecas. "Jamais foi conferido tal mister a autoridade adminis-"trativa, inclusive pelo constituinte de 1967, que, no "art. 173, aprovou e excluiu de apreciação judicial os "atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução; "pelo Govêrno Federal, com base nos Atos Institucio-"nais ns. 1, 2, 3, e 4, e nos Atos Complementares (inc. "I). Aliás, não mereceu acolhida, emenda da autoria "do Senador EURICO REZENDE, no sentido de permi-"tir a revisão das punições impostas com base nos "Atos Institucionais (ver A Constituição Federal de "1967 comentada, vol. II, p. 531 e 532, ROBERTO "BARCELLOS DE MAGALHÃES)".

Mais adiante conclui :

> "As sanções impostas pelo Governador do Estado, com "base no art. 7.º, parágrafo 1.º, do A.I. — 1, são "susceptíveis apenas do **contrôle jurisdicional**, conso-"ante o mandamento inserido no seu parágrafo 4.º".

7. Com efeito, os atos repressivos baseados na legislação revolucionária sòmente podem ser apreciados pelo Judiciário, e apenas em suas formalidades extrínsecas imprescindíveis.

8. Na espécie, ganha relevância, o que salienta o Professor OSCAR TENÓRIO, ao mostrar que "as transformações nos regimes políticos criam "um nôvo direito inspirado e determinado pelas necessidades do Estado e "do Govêrno, e que os problemas que surgem de uma revolução, isto é, "da alteração violenta da estrutura jurídica do Estado, se resolvem de "acôrdo com o princípio de que as normas que o poder revolucionário "elabora constituem direito vigente, têm obrigatoriedade" (in Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro, p. 83, 2.ª edição).

Do exposto, não vejo como possa ser deferida a reintegração pleiteada, pelo menos na esfera administrativa.

E' o meu entendimento, s.m.j.

ASSESSORIA ADMINISTRATIVA DO DASPA, em Manaus, 2 de janeiro de 1969.

# A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E O SISTEMA DO MÉRITO

Dando prosseguimento à sua Política de Pessoal, a S.E.A., através da Divisão de Seleção, órgão de sua estrutura, realizou em junho e julho passado Concurso Público para preenchimento das vagas de Professor Primário Nível "17", existentes no quadro de pessoal, da parte permanente, da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, que apresentou o seguinte resultado:

Número de candidatos inscritos ........................ 637
Número de candidatos que compareceram à prova escrita 568
Número de candidatos desistentes, à prova escrita ........ 69
Número de candidatos aprovados na prova escrita ........ 298
Número de candidatos reprovados na prova escrita ...... 270
Número de candidatos que compareceram à prova oral ... 296
Número de candidatos desistentes, à prova oral ......... 2
Número de candidatos aprovados na prova oral .......... 271
Número de candidatos reprovados na prova oral ......... 25

**Totais Gerais:**

Número de candidatos inscritos ........................ 637
Número de candidatos desistentes ...................... 71
Número de candidatos reprovados ..................... 295
Número de candidatos aprovados ...................... 271

Para conhecimento dos nossos leitores, damos abaixo o modêlo da prova escrita a que se submeteram os candidatos do Concurso:

**CONCURSO PARA PROFESSOR DO ENSINO PRIMÁRIO, NÍVEL 17.**

**PROVA ESCRITA DE LINGUAGEM.**

**I PARTE:**

Na qualidade de Professor do Ensino Primário, concursado, faça um requerimento ao Ilmo. Sr. Diretor Geral do DASPA, solicitando prorrogação de prazo para tomar posse no mencionado cargo, em virtude da falta dos documentos hábeis para a respectiva posse.

Siga rigorosamente, as recomendações abaixo:

a) Faça rascunho, se quiser;
b) no seu interêsse, faça letra legível;
c) Escreva sem erros e procure ser claro;
d) Não assine a prova, não cite seu nome e nem qualquer outro;
e) Utilize para o Requerimento, a página que se encontra logo a seguir.

— PODE COMEÇAR E BOM ÊXITO —

ILMO. SR. DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO DO AMAZONAS.

JOSÉ MARIA DA SILVA, ..........................................

..................................................................

..................................................................

..................................................................

..................................................................

..................................................................

..................................................................

..................................................................

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Manaus, 29 de junho de 1 969.

José Maria da Silva

II PARTE: — QUESTÕES OBJETIVAS

1.ª) — Marque com uma cruz as palavras abaixo, que tenham ditongos crescentes.

( ) água
( ) ouro
( ) pétreo
( ) peixe
( ) quase
( ) saudade
( ) aquário
( ) lírio
( ) glória
( ) biscoito

2.ª) — Passe um traço em baixo das palavras que tenham encontros consonantais.

1 — advogado
2 — chileno
3 — evangelho
4 — quiabo
5 — ilha
6 — Petrópolis
7 — plantas
8 — boatos
9 — gravata
10 — oásis

3.ª) — Marque com uma cruz as palavras abaixo que tenham dígrafos.

( ) habitação
( ) montanha
( ) terremoto
( ) termômetro
( ) plácido
( ) aventura
( ) psicólogo
( ) nascer
( ) banheiro
( ) violino

4.ª) — Classifique quanto ao número de sílabas e à acentuação tônica:

pó ..........................................................
cêrca ..........................................................
sótão ..........................................................
grinalda ..........................................................
lâmpada ..........................................................
armazém ..........................................................
auxílio ..........................................................
limão ..........................................................
adolescência ..........................................................
compreensão ..........................................................

5.ª) — Sublinhe, com um traço, os substantivos comuns e com dois os próprios.

1. — A primavera, o verão, o outono e o inverno são as quatro estações do ano.
2. — O Paraná é o maior produtor de café do Brasil.

6.ª) — Classificar os substantivos em concretos e abstratos.

1 — Deus ..................
2 — Alma ..................
3 — Flor ..................
4 — Sonho ..................
5 — Agradecimento ........
6 — Morte ..................
7 — Atenção ..................
8 — Amor ..................
9 — Ar ..................
10 — Amizade ..................

7.ª) — Forme o feminino:

1 — Aldeão ..................
2 — Perdigão ..................
3 — Capitão ..................
4 — Coirmão ..................
5 — Tabelião ..................

8.ª) — Dê o masculino de:

1 — Ursa ..................
2 — Ré ..................
3 — Aliá ..................
4 — Pardoca ..................
5 — Consulesa ..................
6 — Poetisa ..................
7 — Corça ..................
8 — Freira ..................
9 — Embaixatriz ..................
10 — Heroína ..................

9.ª) — Complete :

Os têrmos essenciais da oração são :

.......................... x ..........................

10.ª) — Coloque (EP) para epiceno, (SC) para sobrecomum e (CD) para comum de dois.

( ) Crente ( ) Jovem
( ) Criança ( ) Jacaré
( ) Constituinte ( ) Algoz
( ) Sapo ( ) Tatu
( ) Rival ( ) Testemunha

11.ª) — Escreva ao lado de cada palavra a abreviatura correspondente :

Digníssimo .................. Vossa Majestade ..........
Vossa Senhoria .............. Vossa Santidade ...........
Vossa Excelência ............

12.ª) — Passe para o feminino :

Teu irmão é o tipo do preguiçoso.

..........................................................

Você é a vítima do alcool, meu amigo.

..........................................................

Êste ouvinte está atento.

..........................................................

13.ª) — Preencha a 2.ª coluna de acôrdo com a 1.ª.

1) Beleza ( ) Masculino de Atéia
2) Porta-voz ( ) O intérprete
3) Bando ( ) Sobrecomum
4) O língua ( ) Aumentativo de Capa
5) Criança ( ) Substantivo Derivado
6) Colega ( ) Coletivo de aves
7) Palmeira ( ) Diminutivo de raiz
8) Ateu ( ) Comum de Dois
9) Capeirão ( ) Substantivo Composto
10) Radícula ( ) Substantivo Epiceno

14.ª) — Escreva os adjetivos correspondentes aos substantivos:

Vileza ........................ Modéstia ..................
Nobreza ...................... Ociosidade ..................
Tristeza ...................... Singeleza ..................
Clemência .................... Fidelidade ..................
Prudência .................... Claridade ..................

15.ª) — Colocar o verbo haver na forma conveniente.

1 — Nesta sala, quantas alunas ............... ?
2 — Não ......... pior surdo que aquêle que não quer ouvir.
3 — Eu ........ de vencer!
4 — No casamento de Maria .......... muitos discursos.
5 — No fim do ano ............ festas pomposas.

16.ª) — Use "S" ou "Z" nas linhas pontilhadas.

ami....ade — cão....inho
arbori....ar — civili....ar
a....ar — anali....ar

17.ª) — Sublinhe os numerais encontrados nas frases abaixo:

Maria classificou-se em quinto lugar.
A Independência do Brasil foi proclamada no século XIX.
Êste número representa a milésima parte dos habitantes dessa região.

18.ª) — Dê os adjetivos derivados de:

Carne ..................................
Mar ....................................
Lua ....................................
Ano ....................................
Mês ....................................
Terra ..................................
Músical ................................
Estrêla ................................
Pedra ..................................
Ar .....................................

## CONCURSO PARA PROFESSOR DO ENSINO PRIMARIO, NÍVEL 17.

## PROVA ESCRITA DE MATEMÁTICA

1.ª) — Com os algarismos 1, 5, 9, 4 e 6, escreva o maior e o menor número possível.

Maior: .................. Menor: ..................

2.ª) — Se no número 156a4 eu substituir a letra **a** pelo algarismo ...... a soma dos valores absolutos dos seus algarismos será 24 e a soma dos valores relativos será ............

3.ª) — Numere a 2.ª coluna de acôrdo com a 1.ª.

| | |
|---|---|
| (1) 564 | (   ) $\overline{\text{IV}}$ $\overline{\text{DLXIX}}$ LXXX |
| (2) 10235 | (   ) $\bar{\text{X}}$ CC XXX V |
| (3) 6274 | (   ) CCC X LV |
| (4) 4569080 | (   ) $\overline{\text{VI}}$ CCLXX IV |
| (5) 345 | (   ) DLXIV |

4.ª) — Na igualdade $5 \times 3 = 15$, efetuamos uma operação chamada ............ cujo resultado recebe o nome de ..............

5.ª) — Marque com uma cruz as afirmações verdadeiras :

(   ) O maior resto de uma divisão é sempre igual ao quociente.
(   ) Numa divisão inexata o resto é menor que o divisor.
(   ) Quando o divisor de uma divisão é igual a zero o quociente é zero..

6.ª) — O dôbro de minha idade é 44 anos; quantos anos eu tinha há 10 anos ? ....................

7.ª) — Risque o múltiplo de 11 :
53.669 — 12.413 — 16.138

8.ª) — O único número par que é primo é o ........

9.ª) — Escreva um número primo menor que 16 e maior que 10 ........

10.ª) — Quantos alunos correspondem a 5/6 de uma classe de 60 alunos ? ..............

11.ª) — Gastei 3/5 do meu dinheiro; fiquei com NCr$ 96,00. Quanto tinha ? .......................

12.ª) — Escreva sob forma de "números decimais", as seguintes frações decimais :

a) $\frac{3478}{100}$    b) $\frac{211}{100}$    c) $\frac{10}{10}$

.............. .............. ..............

13.ª) — Complete as seguintes sentenças de modo a torná-las verdadeiras :

a) 356 m = ........................ cm.
b) 0,10 dm2 = ........................ ha.
c) 1 km3 = ........................ dl.
d) 1000 cg = ........................ t.
e) 5 m x 0,02 dam = ........................ m2

14.ª) — Marque a resposta certa :

A fórmula geral para calcular a área de um triângulo é :

( ) A = L2
( ) V = a3
( ) $A = \frac{bh}{2}$
( ) S = bh

15.ª) — Complete a sentença abaixo, de modo a torná-la verdadeira :

A unidade principal de comprimento é o ........................
de massa é o ........................ e de capacidade
é o ........................

16.ª) — O perímetro de um quadrante mede 7m. Calcular o lado.

........................................................

17.ª) — Resolva e coloque o resultado nas lacunas :

a) 0,46 dam2 + 1,38 m2 — 56 dm2 = ................ cm
b) 3,560 hm3 — $\frac{1}{4}$ de 28 cm3 = ................ dam

18.ª) — Escreva os números decimais que correspondem a :

a) 3 inteiros e 8 décimos = ........................
b) 9 inteiros e 4 décimos = ........................
c) 6 milésimos = ........................

19.ª) — Escreva V nas sentenças verdadeiras e F nas falsas :

a) 2,6 3,6 ( )
b) 0,08 0,079 ( )
c) 6,5 = 6,50 ( )
d) 12,32 = 12,320 ( )
e) 22 x 10 = 2200 ( )

20.ª) — Complete :

a) O .................. é 100 vezes maior que o metro.

b) O decilitro é ........... vezes menor que o litro.

c) O quilograma é 1000 vezes ........... que o grama.

## CONCURSO PARA PROFESSOR DO ENSINO PRIMÁRIO, NÍVEL 17.

## PROVA ESCRITA DE HISTÓRIA DO BRASIL

1.ª) — Assinale com um x o final certo para cada frase :

a) O descobrimento da América deu-se na :

( ) Antiguidade
( ) Idade Moderna
( ) Idade Média
( ) Idade Contemporânea

b) Os navegantes buscavam um caminho marítimo para as Índias a fim de :

( ) conhecer o oriente
( ) negociar as especiarias
( ) descobrir novas terras
( ) verificar se a terra era redonda.

2.ª) — Escreva um C na frase certa e um E na frase arrada.

( ) O descobrimento da América é uma das causas das Grandes viagens marítimas.
( ) Paulo Toscanelli influiu no plano de Colombo quanto a sua grande viagem marítima.
( ) O Amazonas de acôrdo com o Tratado de Tordesillas pertenceria a Portugal.
( ) Colombo contou com a ajuda de Martim e Vicente Pinzon para a sua grande viagem marítima.

3.ª) — Sublinhar o que mais convier para completar a frase :

a) Pêro Vaz de Caminha era :
escrivão da frota — escrivão mor — escrivão da feitoria de Calicute.

b) A carta de Caminha foi publicada pela primeira vez num livro escrito por :
Juan Batista Munoz — Capistrano de Abreu — Aires do Casal.

4.ª) — Sublinhar o que mais convier para completar a frase:

a) O primeiro nome que nossa terra teve foi:

Santa Cruz — Ilha da Vera Cruz — Terra da Vera Cruz — Terra de Américo.

b) A esquadra de Cabral tinha como principal objetivo:

Descobrir o Brasil — Fazer o comércio das especiarias — Fundar colônias nas Índias — Verificar a grandeza do que fôra dado a Portugal pelo Tratado de Tordesillas.

5.ª) — Numere a segunda coluna de acôrdo com a primeira.

| | |
|---|---|
| 1. Donatário da Capitania de Pernambuco | ( ) Martim Afonso de Sousa |
| 2. Fundador da Vila de Santos | ( ) Padre Gonçalo Monteiro |
| 3. O primeiro administrador da capitania de São Vicente | ( ) Duarte Coêlho |
| 4. Fundador da Vila de São Vicente | ( ) Brás Cubas |
| | ( ) Duarte da Costa |

6.ª) — Escreva um C na frase certa e um E na frase errada.

( ) Uma das causas do fracasso das Capitanias Hereditárias no no Brasil foi os Ataques frequentes dos indígenas.

( ) A exportação do pau-brasil era Monopólio da Coroa.

( ) O donatário podia condenar a morte um nobre por qualquer motivo.

( ) A prosperidade da Capitania de Pernambuco deveu-se as plantações de café.

( ) No atual estado da Bahia havia três capitanias: Pôrto Seguro, Ilheus e Bahia.

7.ª) — Escreva um C na frase certa e um E na frase errada.

( ) Catecúmenos eram os índios que estavam sendo preparados para receber o batismo.

( ) O bispo D. Pero Fernandes foi chamado a Lisboa por causa de desentendimento que teve com Tomé de Sousa.

( ) No govêrno de Duarte da Costa foi fundado o Colégio de São Paulo, origem da cidade do mesmo nome.

( ) A fundação da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi no Govêrno de Tomé de Sousa.

8.ª) — A quem foi dado cada um dêstes Títulos:

1. "Marechal de Ferro" ..............................

2. O Patriarca da Independência" ..............................

3. "A Águia de Haia" ..............................

4. "O Apóstolo do Brasil" ..............................

9.ª) — Ponha um X diante da palavra conveniente.

a) O Presidente da República ocupa um cargo:

( ) hereditário
( ) eletivo
( ) vitalício

b) — O conjurado que D. Maria I considerou "Indigno da Real piedade" foi:

( ) Cláudio Manuel da Costa
( ) José Álvares Maciel
( ) Domingos Vidal Barbosa
( ) Joaquim José da Silva Xavier.

10.ª) — Completar as lacunas:

As Entradas eram de iniciativa ..............................
as bandeiras de iniciativa ..............................
Entre os mais conhecidos bandeirantes temos: ..............................
.............................................., que é chamado
"O caçador de Esmeraldas", e..............................
alcunhado de "Anhanguera".

11.ª) — Durante a segunda Guerra Mundial, o Brasil em fevereiro de 1942, rompeu as relações diplomáticas com os países do Eixo que eram três:

a) Japão

b) ........................

c) ........................

12.ª) — Assinalar com um X o certo :

Nome dado à consulta ao povo :

( ) Ato adicional
( ) Plebiscito
( ) Mandado de segurança

13.ª) — Escreva um C na frase certa e um E na frase errada.

( ) Tiradentes apresentou projetos para abastecer de água a cidade do Rio de Janeiro.
( ) Tiradentes foi decapitado em Minas Gerais.
( ) De acôrdo com os Inconfidentes a capital da república seria São João Del-Rei.
( ) D. João IV comutou a pena de morte de dez dos inconfidentes, pela de degrêdo.

14.ª) — Sublinhar a resposta que estiver certa.

Foi assassinado ou suicidou-se na prisão, enquanto esperava o julgamento :

Tomás Antonio Gonzaga — Alvarenga Peixoto — João Ribeiro Pessoa Cavalcanti — Claudio Manuel da Costa.

15.ª) — Numere a segunda coluna de acôrdo com a primeira.

| | |
|---|---|
| 1. Hino Nacional Brasileiro | ( ) Castro Alves |
| 2. O Guarani | ( ) Gonçalves Dias |
| 3. Primeira Missa no Brasil | ( ) Francisco Manuel da Silva |
| 4. Poeta dos Escravos | ( ) Carlos Gomes |
| | ( ) Victor Meireles |

16.ª) — Assinale com um X o certo.

Considerado "Patriarca da Independência"

( ) D. Pedro I
( ) José Bonifácio
( ) Gonçalves Ledo

17.ª) — Completar as lacunas :

a) Foram aliados do Brasil na Guerra contra o Paraguai ........ .................. e .................. formando assim a ..............................

b) A principal batalha naval da Guerra do Paraguai foi a de ...................... vitória de Barroso.

18.a) — Faça a correlação entre as duas colunas, numerando a segunda de acôrdo com a primeira.

1. Getulio Vargas ( ) Revolta de Canudos
2. Juscelino Kubitschek ( ) Estado Novo
3. Prudente de Morais ( ) Brasília
4. Wenceslau Brás ( ) Parlamentarismo
5. João Goulart ( ) Primeira Guerra Mundial

19.a) — Assinale com um X o certo:

A usina de Volta Redonda é um grande centro:

( ) Agrícola
( ) ferroviário
( ) siderúrgico
( ) pecuarista

20.a) — Criou a Zona Franca de Manaus: (Assinale com um X).

João Goulart ..... — Costa e Silva..... — Castelo Branco.....

## CONCURSO PARA PROFESSOR DO ENSINO PRIMÁRIO, NÍVEL 17.

## PROVA ESCRITA DE GEOGRAFIA

1.a) — Assinale se está **certo** ou **errado.**

— A Terra é um satélite da Lua. — Certo — Errado.
— A constelação do Cruzeiro do Sul é visível no hemisfério norte. Certo — Errado.

2.a) —

Responda **SIM** ou **NÃO.**

A Lua é um satélite artificial da Terra? .........
A Estrêla de Magalhães pertence a uma constelação astral? .....
A Terra é menor do que o Sol e maior do que a Lua? ..........

3.a) — Assinale com C as afirmações corretas e com E as afirmações erradas.

( ) A Lua totalmente iluminada é a Lua Nova
( ) O Sol é uma estrêla
( ) A Estrêla de Magalhães é maior do que o Sol..

4.ª) — Complete as lacunas:

Polos, são as extremidades do ............. da Terra
O Equador divide a terra em dois ....................... que
são ............................ e ..........................
A Zona Tropical ou ............. fica entre o .............
e o ......................

5.ª) — Assinale se está Certo ou Errado.

Do movimento de translação resultam os dias e as noites.
Certo. — Errado.

Os meridianos são círculos traçados paralelamente ao Equador.
Certo — Errado.

6.ª) — Complete as lacunas:

A Terra executa o movimento de rotação em tôrno ...........
e o movimento de translação em tôrno ...................

7.ª) — Preencha as lacunas:

Os pontos cardeais e colaterais são representados pela ........
.............................
A noite, um dos meios de orientação no hemisfério norte é
.............................
Nordeste, Sudoeste, ............... e ............... são
pontos ........................

8.ª) — As terras que se acham em contato com as águas do mar, denominam-se ......................

9.ª) — Complete as lacunas:

O Brasil limita-se com todos os países sulamericanos com exceção de ........................ e ....................

10.ª) — Assinale com C as afirmações corretas e com E as afirmações erradas.

( ) O Chile limita-se a Oeste com o Brasil.
( ) O Brasil limita-se ao Sul com o Uruguai.
( ) As serras de Parima e Tumucumaque pertencem ao Planalto das Guianas.
( ) O Brasil limita-se a Noroeste com o Equador, Bolívia e Peru.

11.ª) — Sublinhe os países sul-americanos que não se limitam com o Brasil.

Surinã — Venezuela — Chile — Argentina — Paraguai — Equador — Peru — Bolívia — Colômbia — Uruguai.

12.ª) — Sublinhe os estados centrais brasileiros :

Sergipe — Maranhão — Acre — Rondônia — Minas Gerais — São Paulo — Goiás — Espírito Santo — Mato Grosso — Amazonas — Pará.

13.ª) — Complete as lacunas :

O Ex-Distrito Federal ficava encravado no Estado ............
e o atual situa-se ...........................
O Brasil possue ........................... Estados Centrais
e ...................... Marítimos.

14.ª) — Complete as lacunas :

A capital do Brasil, fica situada na região ....................
O ponto mais alto do Brasil — é ...................., fica
no planalto ......................., medindo ............ M,
de Altura.

15.ª) — Complete as lacunas :

O rio Javari é afluente da margem ................. do rio
Amazonas e o Rio Negro é o afluente da margem .............
do mesmo Rio.

16.ª) — Complete a lacuna :

O clima do Amazonas é ............. e .............

17.ª) — Assinale as afirmações corretas :

( ) Istmo é uma ponta de terra cercada de águas.
( ) Amazônia Ocidental é representada pelo Estado do Pará.
( ) O Oceano Pacífico banha o Brasil a Leste.

18.ª) — De cada estado abaixo relacionado, dê a capital e uma cidade importante.

Pará .......................................................

São Paulo ..................................................

Bahia ...................................................

Paraná ...................................................

Rio Grande do Sul ...........................................

19.ª) — Complete as lacunas :

Os Planetas mais próximos da Terra são : .................. e

.......................

O Oceano .................. banha o Brasil a ..............

20.ª) — Numere a coluna B de acôrdo com a coluna A.

| | |
|---|---|
| 1. Canadá | ( ) Juneau |
| 2. Líbia | ( ) Paris |
| 3. Brasil | ( ) Rabat |
| 4. Itália | ( ) Roma |
| 5. França | ( ) Ottawa |
| | ( ) Tripoli |
| | ( ) Brasília. |

## CONCURSO PARA PROFESSOR DO ENSINO PRIMÁRIO, NÍVEL 17.

## PROVA ESCRITA DE CIÊNCIAS

Faça um círculo em volta do F (Falso) ou do V (Verdadeiro), conforme reconhecer que a afirmação seja falsa ou verdadeira.

1.ª) — As contrações e os relaxamentos dos músculos determinam os movimentos das diferentes partes do corpo.

F V

2.ª) — O biceps é um músculo responsável pela flexão da perna.

F V

3.ª) — E' indiferente que se inspire o ar quer pela bôca, quer pelo nariz.

F V

4.ª) — A laringe tem duas funções : respiração e fonação.

F V

5.ª) — A troca do oxigênio pelo gás carbônico é feita ao nível dos alvéolos pulmonares.

F V

6.ª) — Assinale se está Certo ou Errado :

O diamante é carbono puro e cristalizado.

C E

Assinale :

7.ª) — A reprodução dos animais inferiores é sexuada.

SIM NÃO

8.ª) — Os peixes, anfíbios e repteis são vertebrados.

SIM NÃO

9.ª) — As bactérias são animais inferiores

SIM NÃO

10.ª) — O girino vive exclusivamente na água.

SIM NÃO

11.ª) — Assinale a resposta certa :

Os mamíferos são :

( ) ovíparos
( ) vivíparos
( ) ovovivíparos.

Assinale a resposta certa :

12.ª) — Os crustáceos são :

( ) aranha
( ) carrapato
( ) camarão
( ) ácaro.

13.ª) — A digestão é estudada :

( ) na vida de relação
( ) na vida vegetativa
( ) na correlação das funções.

14.ª) — Das pedras preciosas qual é a de maior dureza :

( ) Turmalina
( ) Diamante
( ) Topázio
( ) Nenhuma das respostas anteriores.

15.ª) — O metal que o Brasil ocupa o 1.º lugar.

( ) Chumbo ( ) Ferro
( ) Estanho ( ) Níquel
( ) Zinco ( ) Nenhuma das respostas anteriores.

16.ª) — Complete as lacunas :

Na segunda dentição o homem, tem .......... dentes; sendo ........ incisivos ........ caninos ........ pequenos molares ....... grandes molares ........

17.ª) — Complete as lacunas :

Milhares de diminutas glândulas existentes na parede do estômago produzem o suco ...................... no qual existem os fermentos denominados ......................

18.ª) — Quando as aurículas se contraem, o sangue passa das ........... ............ para os ...................

19.ª) — Uma das maiores riquezas do sub-solo abudante no Brasil é ............................

20.ª) — Complete as lacunas :
Os músculos inspiradores são : ..............., .............
e os intercostais.

# RECURSOS HUMANOS

## ESPEA ENTREGA À COMUNIDADE PRIMEIRA TURMA DE ASSISTENTES DE ADMINISTRAÇÃO

Em solenidade realizada no dia 20 de dezembro, a Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas (ESPEA), órgão da estrutura da Secretaria de Estado de Administração diplomou sua primeira turma de Assistentes de Administração.

Abaixo damos os discursos do Diretor da ESPEA, Prof. Mário Coelho Amorim e do orador da turma, Sra. Yolanda Pereira Parente, pronunciados na sessão de formatura.

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado — Dr. Danilo de Mattos Areosa.

Exmo. Sr. Secretário de Administração — Dr. José Caitete da Silva Filho.

Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura, em exercício — Sr. Elson Farias.

Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça — Dr. Moacir Alves.

Ilmo. Sr. Diretor da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas — Prof. Mário Amorim.

Senhores Professôres.

DD. autoridades presentes

Meus senhores, minhas senhoras

Prezados colegas :

O Amazonas vive a sua hora de redenção e progresso.

Como sabeis, a Amazônia Ocidental, pela sua condição geográfica e sócio-econômica, tem merecido atenções especiais, a partir do govêrno do inesquecível Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, que olhando esta imensa área, sentiu em seu coração de brasileiro, que era chegado o momento de realizar a sua integração, passando, desde então, o vale verde, a ser um tema fascinante para tôda a Nação, questão vital para a plena realização dos destinos gloriosos do Brasil.

A conquista e a ocupação efetiva da Amazônia, são uma realidade indesmentível e por ser de justiça, ressaltamos a atuação do saudoso Presidente Arthur da Costa e Silva, sem dúvida o Presidente da Conquista da Amazônia, que deu continuidade e consolidou em têrmos objetivos a "Operação Amazônia" lançada por seu ilustre antecessor.

Apaga-se assim o "Inferno Verde" e com êle caem os efeitos maléficos da literatura derrotista.

O Govêrno do Estado, perfeitamente identificado com o processo deflagrado pelas autoridades supremas da Nação, procurou, imediatamente, dar ênfase à elevação do nível cultural e educacional de seu povo, porquanto, nenhum programa de desenvolvimento poderá ser levado a efeito com resultados satisfatórios, sem que para tanto a população esteja apta e possa contribuir decisivamente para a realização integral das metas traçadas no contexto dos planos governamentais.

E para atender essa premência, foi criada a ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, pela Lei Estadual n.º 354 de 18.12.65, com a finalidade precípua de atuar no campo do treinamento, cuja tarefa vem desincumbindo com absoluto êxito, proporcionando aos servidores públicos estaduais, federais, autárquicos e municipais, a gama de conhecimentos indispensáveis para cumprir com eficiência as suas funções.

Meus Senhores ! Esta Escola de que ora vos falamos, representa o entrevero de uma plêiade de homens desta terra, verdadeiros amazônidas, que não se deixando vencer pelas barreiras e pela imensidade da região, num desejo patriótico de levar êste vale ao seu verdadeiro destino, certos de que, nos dias de hoje, a história é uma sucessão de desafios, sobretudo no campo da tecnologia e da educação, BIFURCARAM a sua programação, criando o CURSO DE ASSISTENTE TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO em nível médio, adotando assim, a filosofia do poeta Kuam-Tzu, o qual, numa previsão milenar colocou sàbiamente a instrução de um povo, como sendo a verdadeira fonte de todo o seu progresso material e cultural.

Com esta realização a Escola veio oferecer para a mocidade estudiosa desta Terra, mais uma alternativa, que desta maneira, poderá inclinar-se para o estudo e especialização (em nível médio da Ciência da Administração, ao mesmo tempo em que se constituiu também, na preparação específica para o Bacharelado em Administração, isso já no âmbito universitário.

Neste ano histórico em que Manaus comemora os seus 300 anos, sacudida ao sôpro dos ventos do progresso, trazidos pela criação da Zona Franca, e, em que o mundo foi abalado com um dos maiores feitos do homem, qual seja, a sua portentosa viagem ao solo lunar, a ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, oferece ao seu mercado de trabalho a PRIMEIRA TURMA DE ASSISTENTES TÉCNICOS DE ADMINISTRAÇÃO, mão-de-obra especializada e identificada com a problemática regional, respondendo assim, à clarinada soprada pelo govêrno revolucionário.

Como porta-voz dêstes espeanos, vos asseguramos, estamos ansiosos para contribuir com os nossos conhecimentos para dar a Amazônia a plenitude e fulgurância de sua maior glorificação.

No entanto, esta vitória cujos louros estamos colhendo, é o resultado do apôio decidido que o eminente Governador DANILO DE MATTOS AREOSA, nosso patrono, o qual, compreendendo a profundeza de seu papel à frente da administração estadual, fêz da educação, um de seus marcos principais.

Todavia, é imperioso ressaltar, que a cobertura dada pelo nosso preclaro Governador, encontrou nos dirigentes desta Escola, autênticos lutadores, os quais, aproveitando amplamente, todos os recursos disponíveis, realmente inovaram a educação no nosso Estado.

E numa contribuição decisiva para consecução desta finalidade, temos que enfatizar o papel destacado do ilustre Secretário de Administração Dr. José Caitete da Silva Filho, que em consonância com a filosofia governamental, transformou-se num intransigente defensor espeano, não desmerecendo assim a confiança do povo amazonense.

A ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO AMAZONAS, tem na pessoa de seu Diretor, prof. Mário Amorim, o homem certo, que vê no objetivo final da educação, o desenvolvimento máximo da capacidade da inteligência humana, sabendo que sem a tecnologia moderna e sem a infra-estrutura gerencial que lhe é indispensável, nenhum progresso seja qual fôr a sua natureza, seja êle econômico e humano poderá ter lugar no mundo contemporâneo, é que sempre nos proporcionou todo o instrumental de que necessitávamos para chegar até onde hoje nós estamos.

E' pois, como prova de nosso humilde reconhecimento que o escolhemos para nosso paraninfo.

Aos nossos mestres que no correr dêstes 3 anos tiveram a preocupação de nos oferecer uma visão global da magnitude de nossa missão, traduzindo perfeitamente o pensamento do prof. JACINTO PRADO COÊLHO, em seu livro "A educação do sentimento poético", o qual diz :

> "O QUE FAZ A GRANDEZA DO EDUCADOR, ALÉM DO AMOR E DA INTUIÇÃO PSICOLÓGICA, É O PODER DE MOLDAR AS ALMAS SEGUNDO UMA CONCEPÇÃO ÍNTIMA DO HOMEM. NESTE SENTIDO, O GRANDE EDUCADOR É SEMPRE UM HUMANISTA (FALAMOS DO HUMANISMO ÍNTIMO, QUE É O AMOR E O CONHECIMENTO DO HUMANO), NÃO SE CONCEBE QUE O EDUCADOR IGNORE, OU NÃO PROCURE CONHECER CADA VEZ MELHOR, AS NECESSIDADES E AS VIRTUALIDADES FÍSICAS E MORAIS DO HOMEM. NADA DO QUE É HUMANO LHE PODE SER ALHEIO. NÃO SE CONCEBE UM ARTISTA QUE NÃO DOMINE INTEIRAMENTE PELA INTELIGÊNCIA E PELO CORAÇÃO, O MATERIAL EM QUE TRABALHA".

Na verdade os nossos professôres espeanos imbuídos dêsse amor à profissão que abraçaram nos proporcionaram o melhor de si mesmo.

A vós mestres, o nosso muito obrigado.

No momento, em que nos despedimos da Escola de Serviço Público do Amazonas, é imprescindível estender os nossos agradecimentos aos funcionários da Escola, que pela modéstia silenciosa com que exercem a sua extraordinária tarefa, nem por isso desmerecem a nossa profunda gratidão.

E a vós colegas, cujos caminhos hoje se dividem, as nossas palavras de exortação, para que tenhais, sempre em vossos corações, a lembrança do que aprendestes nesta Escola, e que sejais como a abelha, símbolo da administração, incansáveis na tarefa que vos é confiada, contribuindo para dar a nossa amada terra, o embasamento necessário para que possa romper os grilhões do subdesenvolvimento.

Tenho dito.

---

A Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas vive hoje um dos seus mais gloriosos dias, no cumprimento de suas atividades educativas, pela formatura da primeira turma do Curso de Assistente Técnico de Administração, ano de 1969, etapa essa que, transposta agora, consolida o plano de atribuições da ESPEA, no ensino da ciência administrativa e na preparação de pessoal para o exercício de misteres tanto no setor público como no setor particular.

A ESPEA nasceu para satisfazer às necessidades da administração estadual, no tocante ao treinamento e especialização da mão de obra burocrática, com caráter de profissionalização, de que tanto vem carecendo o serviço público nacional. De par com êsse esquema, a Escola objetivou levar a cabo o funcionamento regular do Curso de Assistente de Administração, equivalente ao segundo ciclo do ensino médio.

A ESPEA, com essas perspectivas, foi criada pela Lei Estadual n.º 354, de 18 de dezembro de 1 965, com o seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto n.º 472, de 3 de fevereiro de 1966, é, como se sabe, um estabelecimento de nível médio, vinculado à Secretaria de Administração do Amazonas, para desenvolver o ensino e as técnicas no campo da administração científica, designadamente na esfera da pública administração.

A ESPEA é, por assim dizer, um fato inelutável das profundas transformações que vêm informando a administração brasileira, num contínuo processo de reforma estrutural, à luz de experiências que se colhem noutros países mais adiantados nesse setor. E os fulgores dessa aurora chegaram, em boa hora, a atingir o nosso Amazonas, que não pode mais sobreviver à margem das grandes mutações por que passam as áreas mais desenvolvidas do País.

Com efeito, nenhuma administração pode convenientemente cumprir as suas obrigações perante a organização geral e a comunidade, sem dispor, sobretudo, de pessoal perfeitamente habilitado e consciente de suas funções, no contexto da máquina administrativa. E sòmente uma instituição educativa própria, dotada de um corpo docente qualificado, poderá atender a essas necessidades. Assim sendo, nesse âmbito, surge a Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas (ESPEA).

Assim, a ESPEA atua ao mesmo passo em duas áreas de ação, objetivando não sòmente a atender ao funcionário público, capacitando-o mais

e mais, através de cursos rápidos e intensivos de treinamento, mas também oferece oportunidade, indistintamente, àqueles que desejam adquirir conhecimentos e especialização em grau médio, através do referido Curso de Assistente de Administração, cuja primeira turma ora se diploma, constituindo, sem dúvida alguma, mão de obra que racionalmente poderá ser útil às organizações públicas e às emprêsas privadas.

No tocante, pois, ao sistema de treinamento, a Escola descerrou ao funcionalismo amazonense as mais amplas perspectivas de melhoria e de dignificação profissional, oferecendo-lhe o aprendizado de novas técnicas de racionalização e organização administrativa, de par com conhecimentos de legislação de pessoal e de contrôle orçamentário e financeiro.

Hoje, já se pode dizer, a ESPEA é uma realidade palpitante, como estabelecimento de ensino da ciência administrativa, com projeção principalmente em todo o Norte do País. Já treinou a Escola mais de 1.500 funcionários públicos, incluindo os servidores federais, municipais e dos Estados vizinhos e ainda certa parcela de servidores do setor privado, sublinhando, ademais, que os cursos intensivos são ministrados, parte por professôres do Estado e parte por professôres pertencentes à Fundação Getúlio Vargas e alguns oriundos das Faculdades de Administração de outras unidades federativas do País.

No ensejo, portanto, a ESPEA atinge o coroamento de uma de suas metas : a diplomação da primeira turma do Curso de Assistente de Administração, o qual tem por lema a qualificação e não a quantificação, no desenvolvimento das matérias do currículo, complementadas pelas matérias chamadas optativas, da maior valia para o melhor aproveitamento do estudo.

Note-se, a propósito, que, na primeira série do Curso, frequentavam 90 (noventa) alunos e hoje sòmente 17 (dezessete) concluem a terceira série, todos submetidos, nesta fase, ao estágio profissional nas emprêsas públicas e particulares, onde colheram experiências práticas de administração.

Ademais, a Escola, através de seu currículo, procura propiciar conhecimentos suficientes a que os estudantes, findo o curso, possam gradução superior pela Faculdade de Administração, mas é, acima de tudo, O Curso de Assistente Técnico de Administração é, de certo modo, de suficiência, longe de qualquer feição acadêmica. O Brasil e a Amazônia estão a carecer, agora mais do que nunca, de pessoal especializado em grau médio, para a satisfação de suas necessidades imediatas, para o cumprimento de seus planos de expansão e desenvolvimento.

Nada obstante, o Curso em aprêço é um caminho bem viável à graduação superior pela Faculdade de Administração, mas é, acima de tudo um curso de capacitação profissional, dotado de certa suficiência para o exercício das obrigações atinentes, com vistas sempre ao aperfeiçoamento, em face das básicas noções e conhecimentos que são portadores os concludentes, em tema de administração pública e particular, bem como das práticas complementares.

Assim, caros diplomandos, já percebeis o gravame da responsabilidade que vos pesa aos ombros, no sentido de bem aplicar os conhecimentos

que recebestes do corpo docente da Escola de Serviço Público do Estado do Amazonas, bem assim da orientação emanada de sua Diretoria, no sentido de utilizar os conhecimentos adquiridos para o bem-estar, em particular, da Nação brasileira, em tôdas as áreas de atividades, servindo sempre com lealdade e respeito às instituições constitucionais e administrativas.

Cremos, portanto, nos conhecimentos que adquiristes no decurso de três anos de estudo de matérias fundamentais da ciência administrativa e, por conseguinte, cremos no êxito da profissão de Assistente Técnico de Administração, de nível médio, nesta conjuntura em que o Govêrno Federal se empenha em integrar a Amazônia com o resto do País, na execução de planos de desenvolvimento, criando condições infra-estruturais para suster o progresso da região amazônica, ainda tão carecente de pessoal para as suas tarefas mais urgentes.

O Assistente Técnico de Administração, diplomado pela ESPEA, face ao sistema de estudo a que é submetido, está capacitado para ocupar cargos ou funções de chefia, coordenação e assessoramento, nos diferentes setores da administração pública e privada, preenchendo, por consequência, uma lacuna de há muito sentida no campo da demanda de mão de obra burocrática.

Destarte, o nosso mercado de trabalho será enriquecido com mais essa especialização que o Govêrno do Estado do Amazonas, através da ESPEA, proporciona à população estudiosa de Manaus, em proveito especial do empresariado público e particular, que pode contar com mais êsse material humano para o incremento de suas atividades, no contexto do progresso econômico-social da Região.

Aí estão, pois, os 17 diplomandos do Curso de Assistente de Administração da ESPEA, conscientes de sua função e capacidade adquirida, para o exercício de sua nova profissão, que constituirá uma nova era na vida administrativa tanto do setor público como do setor privado, que já pode começar a exigir e planear melhor ordenamento de seus serviços. Cremos, assim, na realidade do Curso em foco e no seu futuro cada vez mais promissor, na esfera das condições regionais, em matéria de necessidade de trabalho especializado.

Caros diplomandos, não percais nunca o ânimo ante os percalços que por ventura vos embaraçar a caminhada, no desempenho das respectivas atividades profissionais, confiai, antes de tudo, na vossa capacidade e na suficiência das matérias lecionadas no Curso e, com êsses caracteres, podereis sempre avançar nos degraus da profissionalização, sem nunca descurar da leitura dos compêndios, para a continuação e aprimoramento prático dos estudos que ora vindes a concluir com real proveito.

Eia, pois, novéis Assistentes Técnicos de Administração, na obediência dos compromissos de sua nova função, tão necessária e tão importante na formação de quadros administrativos, de que vêm carecendo prementemente o serviço público e a administração particular, nomeadamente da nossa Região, que atravessa um período de arrancada para o progresso, do ponto de vista econômico e social, em face dos incentivos e os planos de

desenvolvimento dos govêrnos estaduais, incrementados pelo Govêrno da União, com a política de integração nacional.

Diante de tudo isso, congratulamo-nos com tôda esta brilhante turma, a primeira turma do primeiro estabelecimento de ensino de administração, em grau médio, na Região.

Caros diplomandos, que seja sempre próspero e frutuoso o vosso trabalho e sempre chã e retilínea a estrada que ora encetais a caminhar. Não hesiteis jamais no cumprimento de seus deveres de profissional, nunca desanimeis diante dos obstáculos às vêzes tão naturais, porque é importante vossa função dentro das atividades organizacionais das emprêsas públicas e privadas e, ademais, a Amazônia é muito grande para vos acolher a todos, notadamente no atual circuito de desenvolvimento.

Na verdade, a ESPEA com êste ato solene de formatura, e a realização de uma série de cursos intensivos sôbre matérias administrativas, já ingressou na fase de plena concretização de suas finalidades, no campo da instrução pública, inaugurando com real sucesso os estudos da ciência da administração e dando novos horizontes à capacidade do estudantado caboclo.

Diante disso, conhecedor que somos de todo o processo da caminhada da Escola no encontro de seus gloriosos destinos, temos, nesta feliz oportunidade, a inusitada honra e o prazeroso dever de tributar especial homenagem e agradecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. DANILO DUARTE DE MATTOS AREOSA, que interessado pelos problemas da educação, não tem medido esforços em apoiar valiosamente tôdas as promoções desta Escola de Serviço Público.

Assim, os louros desta vitória da ESPEA pertencem, na grande totalidade, ao nosso Governador, pelo carinho e interêsse com que trata as coisas do ensino.

Na estreita, portanto, dessa grata menção, queremos também homenagear e agradecer ao Exmo. Sr. Secretário de Administração, Dr. JOSÉ CAITETE DA SILVA FILHO, pela maneira objetiva e dedicada com que tem encarado os problemas da Escola, procurando sempre para êles encontrar soluções justas e satisfatórias, constituindo-se, numa palavra, no valoroso incentivador das atividades educativas da ESPEA.

E, ainda, apraz-nos sobremaneira agradecer a tôdas as autoridades constituídas que têm colaborado, de certa medida, para o crescimento da ESPEA. De igual maneira, agradecemos a valiosa colaboração dos órgãos de imprensa falada e escrita de Manaus, que não na tem negado em tôdas as horas, divulgando de modo destacado tôdas as promoções da ESCOLA, alinhando-se, pois, entre os nossos mais efetivos colaboradores.

Em remate, manifestamo-nos particularmente confiante no progresso da ciência administrativa no Amazonas e na Região, como a pedra angular do êxito dos organismos públicos e privados. Cremos, portanto, em face de tudo isso, no promissor futuro da ESPEA e na realidade do AMAZONAS, gigante que desperta e começa a rumar em demanda de seus superiores destinos, para a glória do BRASIL, pois todos somos da mesma Pátria.

# Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br